

## AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO – ANA: REFLEXÕES SOBRE OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE LEITURA NO ESTADO DO CEARÁ

*BESSA, Sara Façanha*

Pedagoga. Membro do Grupo de pesquisa em práticas pedagógicas e linguagens – GPeL. Mestranda em Educação Brasileira pela UFC. E-mail: sarafbessa@yahoo.com.br

*COSTA, Helen Cristina Vieira*

Pedagoga. Membro do Grupo de pesquisa em práticas pedagógicas e linguagens – GPeL. Especialista em Psicopedagogia. E-mail: helenvcosta@gmail.com

*JERONIMO, Hermógenes de Sousa*

Membro do Grupo de pesquisa em práticas pedagógicas e linguagens – GPeL. Graduando em Pedagogia na UFC. E-mail: hermozenes.sj@gmail.com

*RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros*

Professora Adjunta do Departamento de Teoria e Prática do Ensino, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Coordenadora do Grupo de pesquisa em práticas pedagógicas e linguagens – GPeL. Doutora em Educação Brasileira. E-mail: apmedeiros.ufc@gmail.com

### RESUMO

A busca pela qualidade na educação é uma meta que está vinculada à realização de procedimentos que envolvem alguma modalidade de avaliação. O Estado do Ceará desenvolve, desde 2007, o Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, cuja meta é alfabetizar as crianças ao final do 2º ano do Ensino Fundamental. A experiência do estado no desenvolvimento dessa política voltada para a alfabetização inspirou o PNAIC, atual iniciativa do Governo Federal. O Pacto tem como principal objetivo alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, ou seja, até os oito anos de idade. Dentre as ações para atingir esse objetivo, está a aplicação de um teste que avalia o nível de alfabetização das crianças ao final do 3º ano do Ensino Fundamental: a ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização, cujos resultados devem servir para possibilitar me-



lhorias no ensino e orientar as políticas de formação. Este artigo provoca algumas reflexões sobre os resultados da ANA no Estado do Ceará, aplicado em 2013, mostrando que as crianças cearenses, ao final do 3º ano, ainda apresentam dificuldades nas habilidades mais complexas da competência leitura.

**Palavras-chave:** Avaliação. Alfabetização. Leitura.

### ABSTRACT

The search for quality in education is a goal that is linked to the performance of procedures that involve some form of evaluation. The State of Ceará has been developed, since 2007, the Literacy Program in Right Age – PAIC, whose main aim is literate children at the end of the 2nd year of elementary school. The state's experience in developing this policy towards literacy inspired PNAIC, current Federal Government initiative. The Pact aims to alphabetize all children by the end of the 3rd year of elementary school, until the age of eight. Among the actions to achieve this goal is the application of a test that measures the level of literacy of children at the end of the 3rd year of elementary school: ANA – National Assessment of Literacy, which the results should serve to facilitate improvements in teaching and guiding training policies. This article brings some reflections about the results of ANA in the state of Ceará, applied in 2013, showing that the Ceará children at the end of the 3rd year, still showed difficulty in more complex skills of reading competence.

**Key words:** Assessment. Literacy. Reading.



## 1 Introdução

A educação brasileira tem avançado na busca de um ensino de qualidade para todos e por um currículo que contemple as várias dimensões da formação humana (SILVA; SANTIAGO, 2014). Entretanto, ainda são enfrentados grandes desafios, como as variações nas formas de alfabetizar, e as dificuldades dos educadores em avaliar os progressos alcançados por seus alunos e de basearem o ensino de alfabetização nas informações derivadas de avaliações (MORAIS, 2012).

De acordo com Pereira (2013), uma das funções da avaliação é fornecer subsídios para que se possa pensar e desenvolver ações educativas, permitindo a qualificação da instituição escolar referente aos processos de ensino e aprendizagem.

A preocupação com a garantia da qualidade da educação não é recente no pensamento pedagógico brasileiro (SANTOS; LIMA, 2014). A avaliação da educação em larga escala no Brasil vem se desenvolvendo há cerca de 25 anos, sendo que, nos últimos anos, vem passando por mudanças nos desenhos metodológicos que abrem a possibilidade de interações significativamente novas com as políticas e a pesquisa educacional (BONAMINO; OLIVEIRA, 2013).

No âmbito local, pode-se destacar as iniciativas do estado do Ceará que, desde o ano de 2007, desenvolve o Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, que realiza ações integradas visando à alfabetização das crianças no tempo certo. O PAIC foi pioneiro na implementação de ações focadas em cinco eixos: Avaliação da Aprendizagem, Gestão Educacional, Alfabetização, Educação Infantil e Literatura Infantil, que se integram no intuito de diagnosticar, observar e intervir sobre a realidade da alfabetização nos municípios.



O programa incide tanto na Língua Portuguesa, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, quanto na Matemática, do 3º ao 5º ano. A partir da boa articulação entre os eixos, atestada pelos resultados positivos das avaliações nos últimos anos, o PAIC inspirou a atual iniciativa do Governo Federal: o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, instituído pela Portaria Nº 867, de 4 de julho de 2012.

O PNAIC, como política pública, conta com a participação articulada entre o Governo Federal e os Governos Estaduais e Municipais, todos dispostos a mobilizar o melhor dos seus esforços e recursos, proporcionando materiais didáticos de alta qualidade para as crianças e implementando sistemas adequados de avaliação, gestão e monitoramento em prol da alfabetização das crianças até os oito anos de idade.

O principal objetivo do Pacto é alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, ou seja, até os oito anos de idade. O ciclo de alfabetização que engloba o 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental deve garantir a consolidação do sistema de leitura e escrita, assim como a aprendizagem da Matemática e a ampliação do seu universo cultural.

Além disso, o PNAIC tem outros objetivos específicos, a saber: reduzir a distorção idade/série na Educação Básica; melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB; contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores; construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do Ensino Fundamental.

As ações do Pacto apoiam-se em quatro eixos de atuação, sendo estes: Formação Continuada de Professores Alfabetizadores; Materiais Didáticos e Pedagógicos; Avaliação e, por fim, Gestão, Controle Social e Mobilização. Os respectivos eixos atuam de



forma articulada por meio do apoio do Ministério da Educação – MEC, em parceria com as Instituições de Ensino Superior – IES que apoiam os Estados e os Municípios e se responsabilizam pela oferta das formações continuadas.

Neste Pacto, o Governo Federal fica responsável em dar suporte técnico e financeiro para viabilizar as seguintes ações: aplicar as avaliações externas para os alunos concluintes do 3º ano do Ensino Fundamental; distribuir a Provinha Brasil para a aplicação pelas próprias redes aos educandos ingressantes e concluintes do 2º ano do Ensino Fundamental; desenvolver e disponibilizar sistemas informatizados para coleta dos resultados da Provinha Brasil; promover, em parceria com as IES, a formação dos orientadores de estudo e dos professores alfabetizadores; conceder bolsas de apoio para incentivar os orientadores e professores a participarem; fornecer os materiais didáticos, literários, jogos e tecnologias as redes que aderirem ao Pacto; e por fim, fomentar as ações de mobilização e gestão.

Às Instituições de Ensino Superior – IES, cabe realizar a gestão acadêmica e pedagógica do curso de formação; selecionar formadores que ministrarão os cursos de formação para os orientadores de estudo; assegurar espaço físico e material de apoio adequados durante as formações presenciais; certificar os orientadores de estudo e professores alfabetizadores que tenham concluído a formação; e apresentar relatórios, parciais e finais, sobre a execução do curso de formação (BRASIL, 2012).

Entre as vinte metas do Plano Nacional de Educação – PNE aprovado no ano de 2014, destaca-se a meta 5, cujo objetivo é o de alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental. Dessa forma, uma das principais estratégias encontradas para atingir o presente objetivo, é o de instituir instrumentos de avaliação nacional para aferir o nível



de alfabetização das crianças, sendo a Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA, uma desses instrumentos..

Na implantação do PNAIC, já citado anteriormente, há uma proposta de avaliação prevista que, de acordo com o Artigo 9º, é a realização de uma “avaliação externa universal do nível de alfabetização ao final do 3º ano do ensino fundamental, aplicada pelo Inep” (BRASIL, 2012). É nesse contexto que se insere a ANA.

Com esse intuito, foi instituída a Portaria N° 482, de 07 de junho de 2013, que, em seu Artigo 1º, resolve que o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB passa a ser composto por três processos de avaliação, que além da Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB e da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC, inclui a Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA.

A ANEB é realizada por amostragem em cada unidade federativa e a ANRESC, conhecida popularmente por Prova Brasil devido seu caráter universal, é mais extensa, com foco em cada unidade escolar.

De acordo com o Artigo 5º, inciso I da portaria citada anteriormente, a ANA se caracteriza por ser “censitária, de larga escala, externa ao sistema de ensino público, aplicada anualmente no Ciclo de Alfabetização” (BRASIL, 2013), ou seja, no 3º ano do Ensino Fundamental. Dessa forma, seus principais objetivos são: avaliar o nível de alfabetização e letramento na língua portuguesa e alfabetização em matemática dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental; produzir indicadores sobre as condições de oferta de ensino e concorrer para a melhoria da qualidade do ensino e redução das desigualdades.

Em busca de atingir esses objetivos, um dos instrumentos utilizados são os testes aplicados aos alunos que estão na última etapa do ciclo de alfabetização. Os testes são compostos por 20



itens em cada disciplina, sendo a de Língua Portuguesa composta por 17 itens objetivos e 3, de produção escrita. Já na Matemática, os 20 itens são apenas objetivos.

Os itens de produção escrita da avaliação demandam a escrita de duas palavras e uma produção textual. As habilidades avaliadas nesses itens de escrita foram: Grafar palavras com estrutura silábica canônica; Grafar palavras com estrutura silábica não canônica; Produzir um texto a partir de situação dada.

É importante ressaltar que, de acordo com Santos e Lima (2014), os processos de avaliação foram adquirindo centralidade nas políticas para a educação básica a partir 1990, com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB.

A ANA foi aplicada, pela primeira vez, no ano de 2013, caracterizando-se como uma avaliação experimental e amostral, envolvendo cerca de 2,6 milhões de estudantes de 55 mil escolas públicas.

A aplicação da avaliação, no ano de 2013, ocorreu durante duas semanas, de 11 a 21 de novembro. Os testes tiveram duração de 1 hora e 40 minutos para a parte objetiva, com 20 minutos de tempo adicional; para a prova escrita, os alunos tiveram 30 minutos, com mais 20 minutos de tempo adicional, sendo o tempo total de 2 horas e 50 minutos.

Metade dos alunos das turmas responderam as questões de Língua Portuguesa e a outra metade, de Matemática, e todos responderam as três questões de escrita, simultaneamente. Os testes foram distribuídos de maneira intercalada nas filas. O aplicador deveria ter experiência em magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

Como exposto em nota explicativa publicada pelo Ministério de Educação – MEC e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, os gestores es-



colares tiveram acesso a resultados preliminares por meio de um sistema *online* disponibilizado no portal do INEP, no primeiro semestre do ano de 2014.

Referente à análise de resultados, a metodologia de cálculo de desempenho utilizada é a Teoria de Resposta ao Item – TRI, pois tem o intuito de garantir a comparabilidade entre anos e possibilitar a construção de escalas pedagógicas. Esta metodologia, segundo Santos e Lima (2014), foi adotada pelo INEP a partir de 1995, com o intuito de construir testes e analisar resultados.

Com relação aos resultados finais da ANA 2013, cada escola teve acesso a eles por meio de boletins eletrônicos, a partir de setembro de 2014. Os boletins foram expostos pela distribuição percentual dos alunos da escola por nível de proficiência, porém não houve divulgação de resultados por aluno. Além dos testes de desempenho, que medem a proficiência dos estudantes nas áreas já citadas, a avaliação apresenta, em sua primeira edição, as seguintes informações contextuais, a saber: o Indicador de Nível Socioeconômico e o Indicador de Formação Docente da escola.

De acordo com o exposto, esse artigo pretende apresentar uma visão pedagógica dos resultados do teste de Língua Portuguesa da ANA, dimensão da leitura, da edição de 2013. Para isso, o trabalho organiza-se em três partes: a primeira apresenta o caminho metodológico da pesquisa; a segunda traz a análise dos resultados e, a terceira, por fim, sintetiza os principais achados.

## 2 Metodologia

“Toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. Na prática ocorre que toda investigação baseada na estatística, que pretende obter resultados objetivos, fica exclusivamente no dado estatístico”. (TRIVIÑOS, 1987, P. 118). De





acordo com a afirmação de Triviños, pode-se dizer que o presente estudo tem natureza qualitativa, pois buscou a interpretação dos dados oriundos dos resultados do eixo de leitura do teste de Língua Portuguesa da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA.

Os dados expostos a seguir provêm dos relatórios disponibilizados no Sispacto – Sistema de Monitoramento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A tabela utilizada foi a de percentual de alunos por nível de aquisição de leitura do Estado do Ceará e a análise foi realizada considerando os percentuais de acerto dos níveis com maiores índices (2 e 3) e menor índice de desempenho (4).

### 3 Análise e discussão dos dados

Os testes da Avaliação Nacional de Alfabetização foram construídos com base nas Matrizes de Referência, que contemplam um conjunto delimitado de conhecimentos de Língua Portuguesa e Matemática, referentes ao ciclo de alfabetização, os quais são passíveis de mensuração em uma avaliação em larga escala.

Neste estudo, a análise realizada limita-se aos resultados das avaliações de Língua Portuguesa, somente do eixo de leitura, do estado do Ceará.

O resultado geral do Estado apresenta os percentuais de crianças categorizadas nos diversos níveis de aquisição das habilidades de leitura, conforme a tabela a seguir.

**Tabela 1** – Percentual de alunos por nível de aquisição da leitura

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
<b>Total Estado</b>	20.07 %	32.02 %	35.4 %	12.51 %

Fonte: Relatório Sispacto 2013



Por meio dos dados percentuais visualizados acima, é possível constatar que a maior concentração de alunos avaliados encontra-se no nível 3, com o quantitativo de 35.4 %. Isso significa que este percentual de alunos consegue inferir o assunto de texto de divulgação científica para crianças; localizar informação explícita, situada no meio ou final do texto, em gêneros como lenda e cantiga folclórica; identificar o referente de um pronome pessoal do caso reto em gêneros como tirinha e poema narrativo; inferir relação de causa e consequência em gêneros como tirinha, anedota, fábula e texto de literatura infantil; inferir sentido com base em elementos verbais e não verbais em tirinha; reconhecer significado de expressão de linguagem figurada em gêneros como poema narrativo, texto de literatura infantil e tirinha.

Para que o aluno contemple essas habilidades é preciso que o ele possa identificar a ideia do texto, além de conhecer uma diversidade de diferentes gêneros textuais, como tirinha, anedota, fábula. É relevante ressaltar que a habilidade de localizar informação explícita, relaciona-se à localização, pelo aluno, de uma informação solicitada, que pode estar expressa literalmente no texto ou pode vir manifesta por meio de uma paráfrase, isto é, dizer de outra maneira o que se leu. Essa habilidade é avaliada por meio de um texto-base que dá suporte ao item, no qual o aluno é orientado a localizar as informações solicitadas, seguindo as pistas fornecidas pelo próprio texto.

Existe um número significativo de alunos, 32,02%, que se encontram no Nível 2. Esses alunos são capazes de identificar a finalidade de textos como convite, cartaz, texto instrucional (receita) e bilhete; localizar informações explícitas em textos curtos em gêneros como piada, parlenda, poema, tirinha, texto informativo e narrativo; inferir o assunto de um cartaz apresentado em sua forma estável, com letras grandes e mensagem curta e articulação da linguagem verbal e não verbal.



Habilidades mais complexas de leitura, tais como: inferir sentido de palavra em texto verbal; reconhecer os participantes de um diálogo em uma entrevista ficcional; inferir sentido em texto verbal; reconhecer relação de tempo em texto verbal; identificar o referente de pronome possessivo em poema; reconhecer as diferenças e os diversos gêneros textuais são essenciais para que o aluno possa tornar-se mais hábil no processamento do texto, dando-lhe condições de avançar, com menos dificuldades, para as etapas escolares seguintes.

Ressalta-se que o ideal seria que a maior concentração de crianças estivesse entre os níveis 3 e 4. No entanto, no nível 4, tem-se o percentual de apenas 12.51 % de alunos. Tal resultado indica que o trabalho pedagógico deve ser desenvolvido com o intuito de apresentar aos alunos situações cada vez mais desafiadoras, em que possam avançar no desenvolvimento de estratégias leitoras mais complexas. Desse modo, os resultados das avaliações sinalizam necessidades que devem ser atendidas. O planejamento das intervenções pedagógicas precisa passar pela análise desses dados.

É relevante ressaltar que, para a condução das intervenções, faz-se necessário o conhecimento de cada habilidade. Portanto, se o objetivo for incrementar o percentual de crianças no nível 4, é necessário que o professor compreenda o que se espera da criança desse nível. Uma das principais habilidades que a criança precisa demonstrar no teste para ser inserida no nível 4 é a capacidade de inferir sentidos em texto verbal. As inferências, de acordo com Marcuschi (1985, 1989 *apud* FERREIRA; DIAS, 2004, p. 441)

“[...] são processos cognitivos que implicam a construção de representação semântica baseada na informação textual e no contexto, sendo justamente a capacidade



de reconhecimento da intenção comunicativa do interlocutor, e mais precisamente do autor, no caso do texto escrito, que caracteriza o *leitor maduro* e, portanto, crítico, questionador e reconstrutor dos saberes acumulados culturalmente”.

Para se realizar inferências adequadas, os autores citados recomendam que o leitor deve lançar mão dos conhecimentos linguísticos e de mundo a fim de “[...] garantir uma compreensão para além dos elementos superficiais do texto, negociando com o autor os significados plausíveis e permitidos” (MARCUSCHI, 1985, 1989 *apud* FERREIRA; DIAS, 2004, p. 441).

De acordo com o exposto, conclui-se que essa habilidade resulta de um processo de construção de diversas outras habilidades da competência leitora, as quais necessitam ser exercitadas pelas crianças.

Esses desafios da leitura estão presentes nos documentos oficiais que orientam o ensino no Brasil, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, norteadores para as ações pedagógicas. Os PCN de Língua Portuguesa foram elaborados a partir das reflexões que buscam incorporar novas ideias de ensino em que o uso da língua seja o ponto de partida e de chegada para a aprendizagem: “[...] as situações didáticas têm como objetivo levar os alunos a pensar sobre a linguagem para poder compreendê-la e utilizá-la apropriadamente às situações e aos propósitos definidos” (BRASIL, 1998, p. 19).

## 4 Conclusões

A análise realizada sobre os resultados percentuais da avaliação de leitura da ANA, no ano de 2013, do Estado do Ceará, mostrou que a maior concentração dos alunos está no nível 3



(35,4%), porém, 32,02% das crianças cearenses ainda estão no nível 2 da escala de desempenho da leitura, percentual bem aproximado ao que aparece no nível 3.

O nível 4, que compreende crianças com melhor desempenho da competência leitora, mostra resultados com baixo percentual (12,51%), indicando que, ao final do 3º ano, as crianças do Ceará ainda demonstram grandes dificuldades nas habilidades mais complexas da leitura.

Essa breve análise aponta para grandes questionamentos das políticas de formação do Ceará, pois de acordo com documentos oficiais do estado, a meta do PAIC é alfabetizar os alunos da rede pública de ensino até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. Desse modo, os resultados da ANA sinalizam para um alerta sobre essa meta, pois deve-se fundamentalmente indagar: o que o Ceará considera como “alfabetizar”? Ter clareza desse conceito é fundamental para alinhar aspectos teóricos e práticos no delineamento da política de formação. É importante considerar que, a partir da década de 1990, quando o conceito de letramento se tornou mais presente e necessário ao processo de alfabetização, os padrões estabelecidos para designar o alfabetizado, na maioria dos países do Terceiro Mundo, constituem-se do ler e do escrever, fazendo uso social da leitura e da escrita.

O teste da ANA, analisado nesse estudo, revela, pois, que na dimensão da leitura, as crianças cearenses demonstram dificuldades nas habilidades mais complexas, o que prejudica, sobretudo, o exercício social dessa competência.

Ler, no sentido pleno da palavra e do conceito, não se limita às habilidades mais básicas presentes nos níveis 1 e 2 da escala da ANA. Há mais crianças nos níveis 1 e 2 (52,72%) do que nos níveis 3 e 4 (47,91%), ao final do 3º ano. Desse modo, os resultados indicam a necessidade de rever as ações do PAIC, referentes à política de formação dos professores alfabetizadores.



## Referências

BONAMINO, A. M. C.; OLIVEIRA, L. H. G. *Estudos longitudinais e pesquisa na educação básica*. Linhas Críticas, v. 19, n. 38, p. 33-50, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*. Brasília, Distrito Federal, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. *Portaria Nº482*, de 07 de junho de 2013. Publicada no DOU Nº 109, de 10 de junho de 2013. p. 17. Disponível em <<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>>.

\_\_\_\_\_. *Portaria nº 867*, de 4 de julho de 2012. Publicado no DOU de 5 de julho de 2012. p. 22. Disponível em: <[http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/port\\_867\\_040712.pdf](http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/port_867_040712.pdf)>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA 2013*. Nota explicativa.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): documento básico*. Brasília, 2013.

FERREIRA, S. P. A.; DIAS, M.G.B.B. A Leitura, a produção de sentidos e o processo inferencial. In: *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 3, p. 439-448, 2004.

MORAIS, A. G. Políticas de avaliação da alfabetização: discutindo a Província Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 17 n. 51, p. 551-572, 2012.

PEREIRA, D. B. *Políticas públicas avaliativas e programa de formação docente: algumas inquietações*. Monografia (Especialização



Alfabetização e Letramento nos Anos Iniciais da Escolarização). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Leopoldo – RS, 2013. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/107938> >. Acesso em: 10 maio 2015.

SANTOS, A. V. F.; LIMA, L. T. S. *Políticas públicas em educação: a avaliação como um problema curricular contemporâneo*. Espaço do currículo, v.7, n.3, p.456-474, 2014.

SILVA, M. M. M.; SANTIAGO, A. L. B. Da universalização à qualidade do ensino: desafios da alfabetização. *Revista Aleph*, n° 22, p. 157-173, 2014.

